

PUC Viva

Edição 1329 - 23/10/2026

DEMOCRACIA NA PUC-SP ARRASTA MULTIDÃO PELAS RUAS DE SÃO PAULO

Foi uma noite emocionante nas ruas da Zona Oeste de São Paulo. Na quinta-feira, 22/10, os estudantes do movimento Democracia na PUC-SP uniram-se aos estudantes da Uninove e do Mackenzie, além de funcionários e professores da PUC-SP para lutar pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e contra a ascensão do fascismo no Brasil. A manifestação teve início na Barra Funda, em frente à Uninove, onde os estudantes se reuniram e iniciaram a manifestação. Em seguida os manifestantes seguiram em passeata pelas ruas da Barra Funda e Perdizes em um cortejo emocionante, com os moradores da região saindo às janelas para demonstrar apoio.

Chegando à Rua Monte Alegre, a comunidade da PUC-SP aguardava os manifestantes para uma das mais manifestações mais massivas já vistas pela universidade.

A luta pela democracia

Os discursos lembraram a importância da PUC-SP na defesa da democracia durante toda a sua história, principal-



Acima manifestantes em frente ao Tuca, abaixo as manifestações do ex-ministro Fernando Haddad, a deputada federal eleita Samia Bomfim e a ex-ministra Marina Silva

**Continua na
página seguinte**

Fotos: Sthéfane Mattos



mente durante a época da ditadura militar quando a comunidade puquiiana foi uma referência para a resistência contra a opressão e o autoritarismo.

Figuras da política e da educação brasileira juntaram-se aos estudantes da PUC-SP que apresentaram de forma aguerrida toda a cerimônia. Personalidades como o ex-ministro e professor Fernando Haddad, a filósofa Marilena Chaui, o jornalista Juca Kfoury, o ex-deputado e presidente do CA. 22 de Agosto, José Dirceu, o também presidente do 22 de Agosto e hoje advogado de Lula, Marco Aurélio Ribeiro, a ex-ministra Marina Silva, candidatas e candidatas eleitos pela esquerda, além da participação de diretores dos CAs da PUC-SP. A APROPUC e a AFAPUC marcaram seu apoio com a presença de seus diretores, manifestando o seu apoio e com a publicação de textos que divulgamos nesta edição.

Os discursos também convergiram para a gravidade da situação atual na qual a polarização política gera uma inquietação política em toda a população, com o temor de que um governo de viés fascista se instaure e, mais do que isso, entregue o país à sanha do imperialismo estadunidense. Nesse sentido, a manifestação da comunidade, mais uma vez, se reveste de uma importância fundamental para que a democracia prevaleça, da mesma maneira que aconteceu em 2022, quando uma manifestação gigantesca encerrou a campanha vitoriosa de Lula ao governo do país.



Acima manifestantes acendem seus celulares em apoio às falas pela democracia; abaixo os estudantes após a leitura do Manifesto dos Centros Acadêmicos e os discursos da professora e filósofa Marilena Chaui e do ex-deputado José Dirceu.

EM DEFESA DA VIDA, DA DEMOCRACIA, DA SOBERANIA NACIONAL E DA UNIVERSIDADE: LULA PRESIDENTE

O problema

Professoras, professores e comunidade da PUC-SP: é hora de defender nossas conquistas democráticas e o futuro do Brasil

A APROPUC-SP reafirma seu compromisso histórico com a Democracia, a liberdade de pensamento, a educação emancipadora, a ciência, os direitos humanos e a justiça social. Diante da gravidade da conjuntura política brasileira, manifestamos nosso apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República e Geraldo Alckmin à Vice-Presidência, em oposição ao projeto da extrema-direita, representado pela candidatura de Flávio Bolsonaro.

Não se trata de uma adesão incondicional a um governo ou partido. Trata-se mais de reconhecer que há momentos históricos em que a defesa da Democracia exige posicionamento claro, coragem política e responsabilidade coletiva. Estão em jogo o futuro das instituições democráticas, da Universidade brasileira, dos direitos sociais, da soberania nacional e das próximas gerações.

A PUC-SP tem uma responsabilidade histórica na defesa da Democracia

Durante a ditadura militar, a PUC-SP tornou-se espaço de resistência ao autoritarismo, de acolhimento de perseguidos políticos e de defesa das liberdades democráticas. A invasão de suas dependências por forças policiais, em 1977, permanece como símbolo da violência de um regime que temia a liberdade de pensamento, a organização estudantil e a mobilização social.

Essa história não pode ser apenas uma lembrança celebrada em cerimônias. Ela constitui um compromisso com o presente. Honrar a memória de quem enfrentou a repressão significa rejeitar a naturalização do autoritarismo, a intimidação de professores, funcionários e estudantes e qualquer tentativa de cercear a liberdade de cátedra ou subordinar a Universidade a interesses políticos e ideológicos.

A Democracia não é uma concessão dos governantes: é uma conquista da sociedade que precisa ser defendida todos os dias.

Pela educação, pela ciência e pela liberdade de cátedra

Uma Universidade não pode florescer sob ameaças de censura, perseguição ideológica e obscurantismo. A produção do conhecimento exige liberdade para investigar, ensinar, questionar e confrontar ideias. Exige, além de financiamento, valorização do trabalho docente, respeito à autonomia universitária e políticas públicas comprometidas com a educação, a ciência, a tecnologia e a cultura. A experiência recente do Brasil demonstrou os riscos de governos que desqualificam o conhecimento científico, hostilizam as Universidades e tratam o pensamento crítico como inimigo. Apoiamos um projeto democrático que fortaleça as instituições de ensino e pesquisa e assegure à Universidade condições para cumprir sua função social, sem interferências autoritárias.

Por uma Universidade inclusiva e socialmente comprometida

A democratização do ensino superior não se completa com o ingresso: é indispensável garantir condições reais de permanência e conclusão dos estudos. Defendemos a manutenção e a ampliação das políticas de cotas raciais e sociais, das ações afirmativas e dos programas de assistência estudantil.

É igualmente fundamental ampliar as bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, para que a falta de recursos não impeça estudantes e pesquisadores de desenvolver seus projetos. A ciência brasileira não pode desperdiçar talentos por causa da desigualdade econômica.

A Universidade deve ser um espaço de produção de conhecimento, formação crítica e transformação social, acessível a pessoas de diferentes origens e condições econômicas.

Educação de qualidade, inclusão e permanência estudantil não são privilégios: são direitos e investimentos no futuro do país.

Pela justiça social e pela dignidade humana

Não existe Democracia quando milhões de pessoas vivem

sob a fome, a pobreza, a precariedade do trabalho e a falta de oportunidades. A liberdade política deve caminhar junto com a garantia de direitos e condições dignas de existência.

Defendemos a manutenção e a ampliação dos programas de transferência de renda, e de combate à fome, o acesso à saúde, à moradia e à educação, assim como a proteção dos direitos trabalhistas e previdenciários. Essas políticas são instrumentos essenciais para reduzir desigualdades e ampliar a cidadania.

Defendemos também uma sociedade que combata o racismo e todas as formas de discriminação, respeite a diversidade de gêneros e de orientação sexual, as diferenças culturais e a liberdade religiosa. A Democracia só se fortalece quando os direitos e a dignidade de todas as pessoas são reconhecidos e protegidos.

Pela defesa do meio ambiente e da soberania nacional

A Amazônia, o Cerrado, a Mata Atlântica e os demais biomas brasileiros não podem ser entregues ao desmatamento, à apropriação irresponsável de riquezas coletivas e à exploração predatória, inclusive diante de pressões externas como as do governo de Donald Trump. A água, os minérios, os recursos energéticos e a biodiversidade devem ser protegidos e administrados com responsabilidade socioambiental, respeito aos povos indígenas e às comunidades tradicionais e compromisso com as futuras gerações. Sobretudo, nossos recursos devem gerar desenvolvimento, novos empregos e riquezas para o Brasil.

Por outro lado, o Brasil precisa enfrentar a emergência climática com políticas científicas consistentes, fiscalização ambiental e desenvolvimento sustentável. Precisa, igualmente, defender sua soberania diante de pressões externas que subordinem os interesses nacionais à exploração de seus recursos naturais.

A defesa do meio ambiente, da ciência e da soberania nacional é parte inseparável de um projeto de país democrático e socialmente justo.

Pela defesa da Democracia e contra o autoritarismo

A Democracia pode ser corroída gradualmente pela deslegitimação das instituições, pela intimidação de adversários, pela desinformação e pela concentração de poder. O legado político do bolsonarismo, marcado por ataques às Universidades, negacionismo científico e hostilidade a setores da imprensa e da sociedade civil, constitui um alerta que não podemos ignorar. Os ataques de 8 de janeiro de 2023 demonstraram

a gravidade das tentativas de subverter a ordem democrática. A candidatura da extrema-direita representa o risco de reabilitação e aprofundamento dessa agenda autoritária. Não podemos aceitar que direitos fundamentais sejam relativizados, que a Constituição seja submetida a projetos de concentração de poder ou que a Universidade volte a ser alvo de perseguições.

Não há neutralidade possível diante de ameaças concretas à Democracia, às liberdades e aos direitos conquistados pela sociedade brasileira.

Apoiar Lula significa, neste segundo turno, defender a preservação das instituições democráticas, o respeito aos resultados eleitorais e a possibilidade de avançar na redução das desigualdades e na garantia de direitos. Esse apoio não significa abrir mão da crítica: cabe à APROPUC-SP manter sua independência, cobrar compromissos e denunciar eventuais retrocessos, qualquer que seja o governo.

A Democracia precisa da Universidade – e a Universidade precisa da Democracia

A história da PUC-SP nos convoca a assumir nossa responsabilidade. Sua tradição de resistência, sua trajetória intelectual e seu compromisso com os direitos humanos exigem que a comunidade acadêmica não se omita diante de uma escolha que afeta diretamente o futuro da educação, da ciência, da cultura e da vida democrática no Brasil.

Por essas razões, a APROPUC-SP manifesta seu apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República e convoca professoras e professores, estudantes, funcionários e toda a comunidade universitária a se mobilizarem em defesa da Democracia, da Universidade livre, da justiça social e da soberania nacional.

O Brasil precisa fortalecer suas Universidades, ampliar políticas sociais, proteger seus biomas, valorizar a ciência, reduzir as desigualdades e preservar sua soberania. Precisa impedir que o autoritarismo e o imperialismo voltem a ameaçar as conquistas democráticas da sociedade.

A história da PUC-SP nos convoca. A responsabilidade com as novas gerações nos exige. A Democracia nos impõe uma escolha.

Em defesa da Universidade livre, da justiça social, da soberania nacional e da Democracia: Lula presidente!

Diretoria da APROPUC-SP

Use o link abaixo para ler o Manifesto e assinar:
<https://c.org/g5WVjzRzHf>



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo e Rafaela Serra

Reportagem: Rafaela Serra, Valdir Mengardo e Sthefane Mattos

Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischardt e Ana Amélia da Silva

Arte: Valdir Mengardo, Rafaela Serra e Marina D'Aquino

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischardt, Regina Gadelha, Rodrigo Mariano Costa e Rivaldo Carlos de Oliveira

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

MANIFESTO EM DEFESA DA REELEIÇÃO DE LULA E DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Vivemos um momento decisivo para o futuro do Brasil, em que a escolha nas urnas não se resume a candidaturas, mas aos valores e direitos que desejamos preservar. A AFAPUC reafirma seu compromisso histórico com a democracia, a justiça social e a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, registrando seu apoio à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Entendemos que a liberdade de expressão, a legitimidade das eleições e o respeito às diferenças políticas são pilares que precisam ser protegidos, e é nesse espírito de responsabilidade coletiva que convidamos à todos a exercerem seu voto com consciência, considerando a preservação das instituições democráticas e das conquistas sociais construídas ao longo de nossa história. Entre essas conquistas, a educação ocupa lugar central, e o ensino superior brasileiro é patrimônio que precisa ser defendido com vigor. A universidade é instrumento de mobilidade social, produção de conhecimento e soberania nacional, e não pode ser desvalorizada ou tratada como privilégio de poucos. Nesse contexto, a PUC-SP desempenha papel exemplar: comprometida com a formação crítica, com a

pesquisa e com a extensão, a universidade tem sido espaço de resistência democrática, de acolhimento à diversidade e de diálogo com as demandas da sociedade. Defender a educação é defender um projeto de país que valoriza a ciência, a cultura e o pensamento crítico, e é por isso que a reeleição de Lula se apresenta como condição necessária para a continuidade de políticas de financiamento, inclusão e valorização do ensino superior. Os direitos, as instituições e as conquistas coletivas precisam continuar sendo objeto de nossa atenção e responsabilidade.

A educação não é gasto, é investimento no futuro; o ensino superior não é luxo, é direito. Conclamamos a comunidade a comparecer às urnas e escolher, com consciência, o caminho que preserva a democracia, os direitos trabalhistas e as conquistas sociais — e que mantém a universidade brasileira, incluindo a PUC-SP, como espaço vivo de formação, ciência e cidadania. AFAPUC — juntos somos mais fortes!

Diretoria da AFAPUC

professor e funcionário, filie-se à sua associação!

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

APROPUC



AFAPUC

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao
FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>

APROPUC 50 ANOS

Anos 2020: a defesa dos direitos coletivos volta ao centro

Da pandemia às novas regras de contratação, a APROPUC enfrentou tentativas de alterar acordos, diferenciar contratos e restringir a negociação coletiva.

Os anos 2020 começaram com uma crise sanitária que transformou as condições de ensino e trabalho na PUC-SP. Para a APROPUC, porém, a emergência não suspendia os direitos conquistados. A associação precisou defender o Acordo Interno, contestar reduções contratuais e, nos anos seguintes, enfrentar mudanças que criaram condições distintas de trabalho para professores contratados em momentos diferentes. A crise também mudou de escala. A discussão sobre salários e contratos passou a envolver a progressão na carreira, a política de contratação de docentes pretos e pardos, a liberdade de expressão e o espaço das associações nas negociações com a mantenedora. Em meio a vitórias pontuais e conflitos ainda sem solução, a APROPUC procurou manter a mobilização coletiva como instrumento de defesa dos professores e da Universidade.

Um acordo sem acordo

Em 2020, com o vencimento dos Acordos Internos, a Fundasp propôs manter apenas algumas cláusulas, sob o argumento de que o fazia por liberalidade. A APROPUC levou o tema às assembleias, e os professores rejeitaram por unanimidade a manutenção parcial do acordo. Em 29 de outubro, a Fundação publicou o Ato de Liberalidade nº 10/2020, relativo aos docentes, e o Ato nº 17/2020, referente aos funcionários.

A medida não encerrou a controvérsia. A associação defendia a manutenção integral dos direitos negociados; a Fundasp, por sua vez, optou por preservar apenas parte das condições anteriores por meio de atos próprios. Os professores ficaram sem Acordo Interno até junho de 2022.

A pandemia trouxe outros problemas. Com a passagem para o ensino remoto, a APROPUC recebeu denúncias de docentes que teriam perdido parte de seus contratos

por dificuldades de adaptação às aulas on-line. Para a associação, a redução individualizada de horas podia diminuir os gastos da mantenedora sem recorrer a demissões em massa. A defesa do contrato de trabalho passou, assim, a abranger também as condições concretas em que os professores conseguiam exercer a docência.

Cinco semanas em disputa

Em setembro de 2022, os professores foram surpreendidos ao receber os holerites com uma redução de 10% na remuneração. A mudança no cálculo, de cinco para quatro semanas e meia, não havia sido anunciada previamente nem discutida nas instâncias da Universidade. A APROPUC reagiu, mobilizou a categoria e levou a contestação à negociação.

Em 16 de setembro, depois de uma audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, os docentes aprovaram em assembleia a proposta negociada. O cálculo sobre cinco semanas foi mantido para todos os professores admitidos até 31 de dezembro de 2022, porém, para os contratados a partir de janeiro de 2023, a proposta permitia à Fundasp aplicar a base de quatro semanas e meia prevista na Convenção Coletiva. Apesar de muita luta, não foi possível reverter essa decisão. Com relação aos valores descontados, a Fundação fez a devolução em 21 de setembro.

O resultado recuperou uma parte importante da remuneração, mas também abriu uma diferenciação entre professores antigos e ingressantes, criando, assim, um terceiro tipo de contrato dentro da Universidade.

A fórmula que a APROPUC defendia como direito conquistado deixou de valer de maneira uniforme para toda a categoria. A questão do contrato docente voltaria ao centro das mobilizações no ano seguinte.

Quatro tipos de contrato

Em 2023, a Fundasp abriu uma discussão sobre novas regras de contratação com o objetivo de reduzir o peso das despesas de pessoal. A APROPUC elaborou uma contraproposta, aprovada por unanimidade em assembleia, defendendo o contrato por tempo de trabalho, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a isonomia e o fim do represamento das progressões.

Em abril de 2023, o Consun aprovou a política de ação afirmativa, que estabeleceu a meta de chegar a 37% de docentes pretos e pardos. A política de inclusão se tornaria um ponto importante no debate sobre as condições de contratação e a composição do corpo docente.

Em junho, novas regras alteraram as condições dos contratos com poucas horas de aula. Após uma notificação do Sinpro-SP, com a anuência da APROPUC, o Consad recuou, em 13 de julho, quanto aos professores já contratados. No mesmo dia, porém, aprovou a Deliberação 03/2023, com regras diferentes para os ingressantes a partir daquele momento.

Entre as mudanças estavam a redução do adicional do Fator de Trabalho Docente de 25% para 5% sobre a hora-aula, a exigência de 20 créditos semanais para o tempo integral e novas condições para completar a carga contratual. O cálculo salarial também passou a seguir a base de quatro semanas e meia. Em um exemplo específico, o PUCviva calculou uma defasagem de 52% para um professor auxiliar de ensino com oito aulas semanais.

Se a mudança de 2022 já havia criado um terceiro tipo de contrato, a Deliberação 03/2023 introduziu um quarto, aplicável aos professores admitidos após julho de 2023. A diferenciação entre os regimes de trabalho e remuneração aprofundou-se, ampliando a

fragmentação das condições contratuais dentro da Universidade.

A APROPUC denunciou que as novas regras aprofundavam a desigualdade entre docentes submetidos a regimes distintos e questionou seus possíveis efeitos sobre a contratação de professores. Em dezembro de 2025, dados fornecidos pela Fundasp registravam 37 docentes negros entre 160 contratados desde julho de 2023. O número recolocou em discussão a meta de inclusão aprovada pelo Consun e a necessidade de garantir condições de trabalho e remuneração que não esvaziasssem a política de ação afirmativa. A Deliberação 03/2023 continuou em vigor. A APROPUC manteve o tema nas assembleias, nas discussões com a Reitoria e com a Fundasp e na mobilização conjunta com estudantes e funcionários.

Uma crítica chega aos tribunais

A contestação pública das novas regras também trouxe um confronto sobre a liberdade de expressão. Em julho de 2023, o PUCviva publicou uma crítica à Deliberação 03/2023 e chamou a diferenciação entre os contratos de "apartheid interno". A Fundasp enviou notificações extrajudiciais exigindo a retirada de trechos ou da edição do jornal e, em dezembro, ajuizou uma ação de danos morais contra a APROPUC e a AFAPUC, pedindo R\$ 100 mil.

As associações mantiveram a publicação. Em junho de 2024, a ação foi julgada improcedente em primeira instância, e o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve o resultado no fim daquele ano. Em maio de 2025, os recursos da Fundasp aos tribunais superiores tiveram seguimento negado na origem.

O episódio se tornou um dos principais confrontos do período. A APROPUC não defendia apenas sua avaliação sobre os contratos: defendia também o direito de divulgar críticas às decisões da mantenedora. A disputa saiu das páginas do jornal e chegou aos tribunais, com resultados favoráveis às associações nas instâncias documentadas.

A carreira e o acordo voltam à mesa

A progressão na carreira também permaneceu sob pressão. Em 2023, o Consad vetou 68 promoções aprovadas pelo Consun. Nos anos seguintes, novas propostas de promoção voltaram a expor a distância entre decisões acadêmicas e decisões administrativas. A APROPUC manteve a carreira repessada entre as questões centrais de sua atuação.

Em 2025, a associação precisou defender novamente o Acordo Interno. A Fundasp propôs suprimir cláusulas que considerava já contempladas na legislação trabalhista ou na Convenção Coletiva. As assembleias rejeitaram por unanimidade a retirada, e o acordo acabou assinado em junho sem as supressões pretendidas. Foi um recuo obtido pela mobilização, em contraste com a tentativa de alteração unilateral de 2020.

A associação também organizou reuniões abertas, levantou informações sobre os contratos docentes e solicitou dados à Fundasp com base na Lei de Acesso à Informação. A resposta da mantenedora contestou a representatividade da APROPUC para além de seus próprios associados. A disputa sobre os direitos, portanto, envolvia também quem poderia negociar em nome da categoria e ter acesso às informações necessárias para questionar as decisões institucionais.

Às portas dos 50 anos

Em 2026, a controvérsia chegou ao Término da Carreira Docente (TCD). O programa inicialmente anunciado como Plano de Desligamento Voluntário (PDV) foi publicado em atos conjuntos, Fundasp e Reitor, que previam rescisão por mútuo acordo e criavam a categoria de professor sênior. A APROPUC contestou as condições, recorreu ao Consun e levou a questão a uma assembleia que recomendou a não adesão. O Conselho Universitário acabou mantendo os atos.

Em 2023 as páginas do PUCviva estampam a precarização do trabalho docente

O prazo para adesão terminou em 30 de setembro. Em reunião com a APROPUC, o diretor-executivo da Fundasp afirmou que o número de adesões havia superado as expectativas da Fundação, mas não informou quantos professores aderiram. A situação dos que não aderiram ao programa, assim como a aplicação das regras para o professor sênior, continuava em discussão.

Ainda em setembro, a mobilização ganhou outra dimensão. Estudantes paralisaram atividades e marcharam à Fundasp; houve reuniões dos estudantes e da APROPUC com a mantenedora. A Deliberação 03/2023 voltou à pauta, agora também presente nas reivindicações estudantis e em uma moção do Consun que solicitou a reabertura da discussão.

No ano em que completa 50 anos, a APROPUC voltou a articular a defesa dos professores com a de outros segmentos da comunidade universitária. A Deliberação 03/2023 permanece em vigor, as condições de contratação continuam em debate e as mudanças no término da carreira docente não encerram a controvérsia.

Vista em conjunto, a trajetória dos anos 2020 mostra uma associação empenhada em defender acordos coletivos, contestar a diferenciação dos contratos e preservar a negociação como instrumento de proteção dos docentes. Houve resultados concretos: a devolução dos valores descontados em 2022, a reversão das regras para os professores já contratados em 2023, a manutenção das cláusulas do Acordo Interno em 2025 e as decisões judiciais favoráveis às associações no caso do PUCviva. Outras frentes, porém, continuaram abertas.

Nos anos 1990, defender o professor era também defender a Universidade. Nos anos 2000, a APROPUC precisou disputar quem tinha o poder de decidir sobre ela; nos anos 2010, a defesa dos espaços de participação e dos direitos coletivos tornou-se uma frente permanente de luta. Nos anos 2020, a questão que se impõe é outra: como preservar esses direitos quando as próprias regras de contratação passam a dividir a categoria.

Nota metodológica: Esta matéria reconstrói a atuação da APROPUC a partir da análise de 277 edições disponíveis do PUCviva de janeiro de 2020 a outubro de 2026. As buscas textuais, a análise de palavras-chave e a elaboração de sínteses interpretativas contaram com apoio de ferramentas de inteligência artificial (Claude e ChatGPT). A Profa. Dra. Elaine Alves Trindade definiu os recortes e critérios de análise, supervisionou as análises e processou o texto final.

“Universidade contra a extrema-direita” promove debate sobre as eleições presidenciais



Os professores convidados em debate na Prainha

Na segunda-feira, 19/10, na prainha, aconteceu o debate "Universidade contra a extrema-direita" promovido pelo CAPS (Centro Acadêmico de Psicologia). A mesa contou com a presença dos professores: Fábio Franco, Ana Bock, Márcio Faria e Raul Pacheco.

Em meio à mobilização política no país, sobretudo contra a extrema-direita, o debate promoveu reflexões sobre o cenário brasileiro e o papel da comunidade acadêmica na ampliação para além dos mu-

ros da universidade.

A importância da participação nas eleições e da mobilização esteve entre os principais pontos do encontro. Os participantes ressaltaram o diálogo como ferramenta para conversar com pessoas indecisas sobre o voto, especialmente os trabalhadores, e ampliar o debate. A discussão também destacou o papel do engajamento coletivo, tanto nas redes sociais quanto nas manifestações nas ruas, e da universidade como espaço de reflexão e participação política.

38 anos da Constituição de 1988 é tema de encontro na PUC-SP



Os professores convidados Pedro Demercian, Pietro Alarcón, Marcos Porta e a mediação de Paloma Bezerril

Na segunda-feira, dia 05/10, no auditório 239, aconteceu o debate "Constitucionalismos, soberania e direitos sociais" em comemoração aos 38 anos da constituição de 1988. Organizado pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto e o II Congresso em Homenagem ao Aniversário da Constituição de 1988, a mesa contou com a presença de Pedro Demercian, Pietro Alarcón, Marcos Porta e a mediação de Paloma Bezerril.

No dia 5 de outubro, a Constituição Federal de 1988 completou 38 anos. No processo de redemocratização do Bra-

sil, pós ditadura militar, a Constituição Cidadã restaurou a democracia, os direitos fundamentais e as eleições diretas. Além disso, estabeleceu compromissos sociais e diretrizes para a transformação da sociedade brasileira.

Política Criminal

Pedro Demercian criticou o excesso de leis como resposta a novos problemas, ele acredita que a criação de uma legislação para cada situação não resolve, por si só, os desafios da segurança pública. Como alternativa, defendeu uma política criminal orien-

tada por resultados, com a implementação de laboratórios de jurimetria no Ministério Público e a reestruturação da instituição para que sua atuação considere as disfunções sociais, e não apenas a divisão territorial.

A política criminal no Brasil é frequentemente associada a medidas repressivas, mas, segundo o professor Pedro Demercian, o combate ao crime organizado não deve se limitar a isso. Em sua fala, ele destacou a importância dos princípios constitucionais na construção de estratégias mais eficazes, que não se li-

mitam a medidas repressivas e truculentas, como frequentemente sugerem candidatos em períodos eleitorais.

Segurança pública e política criminal

O professor Pietro Alarcón abordou os desafios da segurança pública em países periféricos, como a Colômbia, considerando também as incursões dos Estados Unidos no território colombiano.

Segundo ele, o crime e castigo não são apenas manifestações políticas, mas fenômenos sociais que revelam características da sociedade e suas estruturas políticas, econômicas e culturais. Assim, compreender a criminalidade exige analisar suas diferentes dimensões.

Alarcón também destacou o papel do direito penal como instrumento do Estado para exercer o poder de punir, construído historicamente, mas que precisa de limites. Com isso, a Segurança Pú-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

blica atua como mecanismo de controle desse poder.

O professor ressaltou ainda que a segurança pública é um direito fundamental e deve ser orientada pelo conjunto de garantias constitucionais. Os direitos constitucionais são interdependentes e precisam ser considerados de forma correta, especialmente em uma sociedade, que segundo ele, demonstra ansiedade por

punições.

Constituição e efetivação dos direitos

O professor Marcos Porta destacou que a Constituição de 1988 trouxe avanços importantes para o Brasil, reunindo valores e garantias fundamentais. Mas a sociedade mudou desde sua criação, e o desafio atual é fazer com que esses direitos saiam do papel e sejam colocados em prática. Segundo o professor,

o problema não está na Constituição, mas em questões culturais e na forma como ela é aplicada.

Porta também criticou as práticas oligárquicas, em que interesses individuais de autoridades acabam se sobrepondo aos interesses coletivos. Esse comportamento enfraquece o Estado, compromete a confiança da população e dificulta a efetivação dos direitos, especialmente quando há tratamento desigual entre autoridades que cometem cri-

mes e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Para mudança de cenário, Marcos Porta defendeu uma presença mais efetiva do Estado nos territórios, com serviços públicos, segurança, trabalho social e garantia de direitos. Também destacou a importância de investigações voltadas às redes criminosas, em vez de priorizar apenas prisões em massa, além da necessidade de considerar como a população percebe a atuação do Estado diante da criminalidade.

48º Prêmio Vladimir Herzog

Na semana que precede o segundo turno ocorreu, no dia 20/10, a entrega do 48º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Como tradicionalmente acontece há mais de uma década, a premiação aconteceu no Tucarena.

A premiação começou com a apresentação de fotos antigas desde 1975 até o ano de 2026 com o acompanhamento da música Eu Quero É Botar Meu Bloco Na Rua, de Sérgio Sampaio (1973), inclusive com o presidente Lula em comícios feitos em 1979 época da Ditadura Militar e o público bateu palma acompanhando a música em um momento emocionante. No ano de 2026, foram mostradas as manifestações pró-Lula e a frase “Que a coragem de quem veio antes de nós nos encontre dispostos a ocupar as ruas, as redes, lutar por direitos e continuar construindo, juntos, o Brasil que queremos ser. Porque homenagear quem defende a democracia é também assumir o compromisso de continuar essa luta. E hoje, aqui, essa luta continua...”

Angelina Nunes (Abraji) e o professor de jornalismo da PUC-SP e apresentador da TV Cultura, Aldo Quiroga foram os mestres de cerimônia da premiação. “Nós também estamos em um contexto desafiador para os

jornalistas. Contexto este que mina as instituições, a corrupção, inclusive fazendo revelações de membros da imprensa que também se enlamearam. O prêmio reconhece o trabalho dos jornalistas, dos profissionais. Os veículos e suas direções que respondam pelos seus erros, porque nós que estamos no chão de fábrica, vamos continuar fazendo o nosso trabalho apesar dessas interferências indevidas”, afirmou Aldo, lembrando que acontecerá em poucos dias o segundo turno.

Durante toda a Premiação, foi reforçada a importância da democracia e sua reafirmação ano após ano e o contexto da criação do prêmio. Ainda foram lembrados Zuenir Ventura e Amélia Teles.

Foram 346 inscrições para as categorias. Para visualizar as obras premiadas, acesse <https://bit.ly/4z5Ls6t>. Na categoria de prêmios especiais, Jamil Chade e Paulo Caruso (*in memoriam*) foram os premiados. O Prêmio presta homenagem a jornalistas, repórteres fotográficos e artistas do traço que, por meio de seus trabalhos cotidianos, defendem a Democracia, a Paz, a Justiça e os Direitos Humanos. A premiação foi transmitida pela TVPUC.

20 anos CECAFRO da PUC-SP

Para comemorar os 20 anos do CECAFRO na PUC-SP, será realizado o Encontro da Comunidade CECAFRO no dia 29 de outubro, às 19h, no auditório 100-A, com a participação de Nirlene Nepomuceno e Thiago Custódio. Também será

homenageada a Prof. Maria Antonieta Antonacci, fundadora e ex-coordenadora do CECAFRO, por suas contribuições aos estudos da diáspora afro-atlântica e pela formação de diferentes gerações de pesquisadoras e pesquisadores.

CRIMINOLOGIA DO CONDENADO E PROJETOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

28/10 19h

Mediação:

Prof. Dr. Gustavo Junqueira

Dra. Giovanna Canó

Organização:

LOCAL: PUC/SP PERDIZES
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
R. Monte Alegre, 984 - Perdizes, São Paulo.
Auditório: 117A

Com Sacha Darke
Professor Doutor da Universidade de Westminster - Reino Unido

Farol é eleita para o Sinpro

A chapa Farol foi eleita para a próxima gestão do SinproSP. Foram 58,9% dos votos para a chapa. Já a chapa Oposição Sinpro obteve

31,7% dos votos, enquanto brancos totalizaram 4,36% e nulos foram 5,05%. Votaram 4.933 professores e professoras sindicalizados.

Eleição 22 de Agosto

A chapa Alvorecer, única concorrente para o Centro Acadêmico 22 de Agosto da Faculdade de Direito da PUC-SP, foi reeleita para a

próxima gestão. Foram 823 votos válidos e 29 votos nulos. Alvorecer se tornou a gestão mais vezes reeleita da história do Centro Acadêmico.



ANOTE NA AGENDA:

**CAMINHADA FINAL
LULA EM**

★ **SÃO PAULO** ★

24/10 - 14H

NA AVENIDA PAULISTA/MASP

